

CURRICULUM VITAE ABREVIADO

A) Identificação pessoal e profissional

Luís Miguel Simões Lucas Pires

Data de nascimento: 2 de Novembro de 1975

Domicílio profissional: Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território da Universidade de Aveiro, Campus Universitário de Santiago, 3810-190 Aveiro

B) Habilitações literárias

Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (1998)

Pós-graduação em Direito Bancário, da Bolsa e dos Seguros pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (2000)

Mestrado em Direito Civil pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (2003)

Doutoramento em Direito Civil pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (2013)

C) Experiência Profissional

Professor Auxiliar da Universidade de Aveiro

Membro do Instituto de Direito da Empresa e do Trabalho da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (IDET) e do Centro de Estudos de Direito Público e da Regulação da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (CEDIPRE)

Docente em diversos cursos de pós-graduação e especialização organizados pelas Faculdades de Direito da Universidade de Coimbra, da Universidade de Lisboa e da Universidade Nova de Lisboa

Jurisconsulto, autor de diversos estudos e pareceres jurídicos.

Advogado, inscrito na Ordem dos Advogados desde 2001 e titular da cédula n.º 8696 P, atualmente com a inscrição suspensa, a meu pedido.

D) Experiência Arbitral

Árbitro do Centro de Arbitragem Administrativa (CAAD)

Árbitro do Centro de Informação, Mediação, Provedoria e Arbitragem de Seguros (CIMPAS)

Ex Árbitro do Tribunal Arbitral do Desporto (TAD)

Árbitro do Centro de Arbitragem da Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa (CCI)

Árbitro do Conselho Económico e Social (CES)

Árbitro do Centro Nacional de Arbitragem da Construção

Árbitro do Centro de Arbitragem da Câmara Brasileira da Administração Pública (CAMBRAAP)

Total de mais de 650 arbitragens, das quais mais de 600 como árbitro único e 3 como árbitro presidente em arbitragens colegiais

E) Publicações

“Os privilégios creditórios dos créditos laborais”, in *Questões Laborais*, n.º 20, ano IX (2002), págs. 164 a 202

“Dos privilégios creditórios – regime jurídico e sua influência no concurso de credores”, Almedina, 2004

“As garantias da obrigação de alimentos”, in *Revista de Direito da Família*, Ano 1, n.º 2 (2004), págs. 43 a 77

“*O contrato individual de trabalho na Administração Pública*”, in Revista Questões Laborais, n.º 28, ano XIII (2006), págs. 191 a 217

“*A amplitude e a (in)constitucionalidade dos privilégios creditórios dos trabalhadores*”, in Revista Questões Laborais, n.º 31, (2008), págs. 59 a 88

“*Âmbito de aplicação da limitação da liberdade de escolha das entidades a convidar para participação no procedimento de ajuste directo*”, in Revista do Centro de Estudos de Direito Público e da Regulação (CEDIPRE), n.º 3, Novembro de 2010

“*A garantia dos créditos laborais*”, in Código do Trabalho: A revisão de 2009 (Coordenação de Paulo Morgado de Carvalho), Coimbra Editora, 2011, pág. 381 e segs.

“*Regime jurídico aplicável às fundações de direito privado e utilidade pública*”, (Revista do Centro de Estudos de Direito Público e da Regulação (CEDIPRE), n.º 7. Maio 2011)

“*Concurso público urgente: requisitos de admissibilidade*”, in Revista de Contratos Públicos, n.º 4, 2012, Cedipre, págs. 149 a 176

“*Os Projectos de alteração das Directivas comunitárias relativas aos contratos públicos em geral e aos contratos de concessão em particular*”, in Revista de Contratos Públicos, Belo Horizonte, Brasil, Ano 2, n.º 2, Editora Fórum

“*Os regimes de vinculação e a extinção das relações jurídicas dos trabalhadores da Administração Pública*”, Almedina, 2013

“*A extinção dos vínculos dos trabalhadores da Administração Pública Portuguesa por revogação ou mútuo acordo*”, in Revista Brasileira de Estudos da Função Pública, Belo Horizonte, Brasil, Ano 2, n.º 6, Editora Fórum

“*A caducidade dos vínculos dos trabalhadores da Administração Pública Portuguesa*”, in Revista do Centro de Estudos de Economia Aplicada do Atlântico da Universidade dos Açores, Working Paper n.º 3/2014

“*O regime laboral e de protecção social dos trabalhadores em Macau: um País, três sistemas?*”, in Legisiuris, Revista do Centro de Reflexão, Estudo e Difusão do Direito de Macau da Fundação Rui Cunha, Ano 2, n.º 3 (2014), págs. 27 a 39

“*Legislação laboral angolana anotada e comentada*”, Editora Polis, Luanda, 2014 (em co-autoria com António Vicente Marques)

“*Será mesmo inadmissível “despedir funcionários públicos”? – reflexões em torno do Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 474/2013, de 29 de Agosto*”, Almedina, 2014

“*Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas anotada e comentada*”, Almedina, 2014

“*Apresentação geral do sistema jurídico de Macau*” Polis Editores, 2014

“*A Lei do Orçamento do Estado 2015 e o controlo de recrutamento de trabalhadores – regime geral*”, in *Descomplicar o Orçamento do Estado 2015*, Vida Económica, 2015

“*Direito das obrigações – Volume II*”, Editora Polis, Luanda, 2015 (em coautoria com António Vicente Marques)

“*Dos privilégios creditórios – regime jurídico e sua influência no concurso de credores*”, 2.^a Edição, Almedina, 2015

“*Penhor ou penhores? O regime jurídico tradicional e a multiplicação de regimes especiais – implicações para a unidade conceptual e natureza jurídica do instituto*”, Volume I, Polis, 2015, págs. 538

“*Penhor ou penhores? O regime jurídico tradicional e a multiplicação de regimes especiais – implicações para a unidade conceptual e natureza jurídica do instituto*”, Volume II, Polis, 2015, págs. 626

“*Anotação ao Acórdão do Tribunal de Justiça (Quinta Secção) de 28 de Novembro de 2013*, in *Anuário de Direito Internacional 2013*, Edição do Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2015, págs. 359 a 370

“*Recurso das decisões proferidas em matéria disciplinar pelos órgãos das federações desportivas*”, in *Centro de Pesquisa e Desenvolvimento do Comité Olímpico Português*, disponível em www.cpesquisa.comitecolimpicoportugal.pt

“*Os requerimentos no Código do Procedimento Administrativo*”, in *Comentários ao novo Código do Procedimento Administrativo* (Coordenação Carla Amado Gomes, Ana Fernanda Neves e Tiago Serrão), A.A.F.D. Lisboa, 3.^a Edição, págs. 861 a 884

“*A Lei do Orçamento do Estado 2016 e o controlo de recrutamento de trabalhadores: regime geral*”, in *Descomplicar o Orçamento do Estado 2016*, Vida Económica, 2016

“*Anotação ao Acórdão de Uniformização de Jurisprudência do Supremo Tribunal de Justiça de 3 de Fevereiro de 2016*”, in *Cadernos de Direito Privado*, n.º 53 (Janeiro / Março 2016), págs. 42 a 69

“*Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas Anotada e Comentada*”, 2.^a Edição (Revista e Actualizada), Almedina, 2016

“O regresso das 35 horas de trabalho na Administração Pública: dúvidas e implementação prática”, in Revista de Arbitragem Administrativa, n.º 2, Centro de Arbitragem Administrativa

“Ajuste directo, consulta prévia e concurso público urgente”, in Relatório de análise e reflexão crítica sobre o anteprojecto de revisão do Código dos Contratos Públicos, Cedipre, Setembro/2016, págs. 23 a 27

“O contrato de trabalho na Administração Pública”, in Jornadas Regionais de Direito do Trabalho 2015, Edição do Governo Regional dos Açores, págs. 83 a 88

“A Lei do Orçamento do Estado 2017 e o controlo de recrutamento de trabalhadores: regime geral”, in Descomplicar o Orçamento do Estado 2017, Vida Económica, 2017

“Arbitragem administrativa e emprego público”, in Revista do Ministério Público, n.º 148 (Outubro – Dezembro 2016), págs. 97 a 110

“A publicidade das decisões do TAD”, in Tribunal Arbitral do Desporto um ano depois, Comité Olímpico de Portugal, 2017, págs. 20 a 25

“Acordos quadro”, in Comentários à revisão do Código dos Contratos Públicos, AAFDL Editora, 2017, págs. 659 a 678

“A Lei do Orçamento do Estado 2018 e o controlo de recrutamento de trabalhadores – regime geral”, in Descomplicar o Orçamento do Estado 2018, Vida Económica, 2018, págs. 161 a 175

“Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas Anotada e Comentada”, 3.^a Edição (Revista e Atualizada), Almedina, 2018

“Âmbito de aplicação da lei do trabalho em funções públicas”, in Cadernos de Justiça Administrativa, n.º 130 (julho-agosto 2018), págs. 37 a 45

“As principais diferenças entre o regime jurídico do emprego público e o regime laboral previsto no Código do Trabalho”, in II Jornadas Regionais de Direito do Trabalho (2017), Edição do Governo Regional dos Açores, 2018, págs. 161 a 169

F) Idiomas profissionais

Português, francês, inglês, italiano e espanhol